

Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve

Reunião de

apresentação e discussão sobre o Documento "Bases do Plano"

(Síntese da Reunião)

No dia 15 de Maio de 2020 teve lugar uma reunião por video conferência, promovida pela APA Algarve, com o objetivo de apresentar a proposta de "bases" do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve e recolher contributos e comentários.

Conduziram a reunião o Sr. Vice-Presidente da APA, Eng. Pimenta Machado, o Sr. Diretor Regional da APA - Algarve, Eng. Pedro Coelho e a Sra. Eng. Cláudia Brandão, Chefe da Divisão de Infra estruturas Hidráulicas da DGADR, parceiro da APA na preparação deste Plano e participaram responsáveis de várias entidades públicas e privadas da região do Algarve, nomeadamente a AMAL, a RTA, a ATA, a CM de Loulé, a Univ Alg, o CNIG e a APG, de Associações de Agricultores e Regantes e de empresas de várias áreas de actividade económica.

A) Intervenção de Abertura: Vice Presidente da APA - Eng^o Pimenta Machado

O Eng. Pimenta Machado (PM) deu as boas vindas começando por relembrar que este trabalho resultou da proposta do despacho conjunto em que estavam definidos 4 objectivos:

- Perceber quais as disponibilidades na região
- Identificar quem utiliza a água
- Quais os consumos
- Projetar os consumos de acordo com o clima, a precipitação, etc.

Neste trabalho tentou-se, através de cenários prospectivos, desenhar um plano projetando um futuro a 2 anos, garantindo que não falta água ao consumo na área particular, mas também aos outros sectores de actividade económica como a agricultura, a indústria, o turismo etc. Este plano tem um grande foco na eficiência, apresentando um conjunto de medidas de curto e de médio /longo prazo. As medidas de curto prazo são acima de tudo para



CNIG

CONSELHO NACIONAL DA
INDÚSTRIA DO GOLFE

dar uma resposta mais rápida ao problema de seca extrema no Algarve, apesar de, com as chuvas que ocorreram em março e abril, ter havido uma recuperação que nos trouxe alguma tranquilidade. E as medidas de médio / longo prazo identificadas vão exigir um estudo mais detalhado, para avaliar estas soluções do ponto de vista mais de infra estrutura.

O barlavento e o sotavento apresentam desafios diferentes. De destacar, no barlavento, o papel relevante da barragem do Funcho, fundamental para dar alguma tranquilidade, do ponto de vista do armazenamento e disponibilidade de água nesta zona.

Agradeceu os bons contributos de muitas entidades da região e lembrou que o objectivo é poder olhar para o Algarve e encontrar um conjunto de compromissos em todos os sectores, que tragam segurança e garantia nos vários denominadores.

Relembrou também que este documento deveria estar concluído a 30 de março, mas devido à pandemia o calendário definido alterou-se. Agora pretende-se discutir os principais pontos, ouvir as preocupações das várias entidades, agradecendo no entanto, após análise e discussão do mesmo, o envio dos seus contributos por escrito, para depois incorporar em sede da elaboração do plano.

B) Principais Intervenções:

Eng. Claudia Brandão - DGADR

O sector da agricultura envolveu-se bastante nesta discussão, tentando articular, da melhor forma possível com os vários atores associados a esta temática, destacando a DRAP Algarve, que permitiu adequar o trabalho a uma visão mais regional.

O Plano Regional de Eficiência Hídrica, apesar de ter medidas que são de segurança hídrica e que são importantes, tem acima de tudo a ver com as garantias de disponibilidade do recurso água para as diferentes actividades e determinar as medidas de eficiência hídrica, que nos vão permitir utilizar cada vez melhor a água que é distribuída e podermos ter alguma poupança nesse processo.

O Plano de Eficiência Hídrica para a Região do Alentejo vai beneficiar muito da experiência deste plano do Algarve.

No Plano também são apresentadas questões de segurança hídrica, ou garantias, dimensionando os aproveitamentos e partindo do pressuposto que existe uma garantia de abastecimento, seja para abastecer a população seja para regadio.

Estas "bases" são um bom ponto de partida e ainda haverá espaço para melhorar, existindo ainda algumas medidas que não estão calendarizadas no tempo e não estão orçamentadas.



CNIG

CONSELHO NACIONAL DA
INDÚSTRIA DO GOLFE

E por fim, existem ainda outras questões que não foram aprovadas, mas que estão no Despacho e que tem a ver com projecção futura e a análise custo / benefício. Todas estas questões ainda estão para ser determinadas, no entanto este plano, na perspectiva da DGADR, já é um belíssimo contributo para o que temos de fazer a curto, médio e longo prazo.

Eng. Pedro Coelho - APA Algarve

Agradeceu a todos os presentes a colaboração na elaboração deste documento, nomeadamente a AMAL, o CNIG e os vários campos de golfe, a RTA, e também as Aguas do Algarve.

Fez um resumo do documento, passando pelos vários capítulos, sendo o mais extenso a avaliação das disponibilidades nos consumos sectoriais. Seguido pelo capítulo sobre metodologia de cálculo da eficiência hídrica, que será desenvolvido numa fase seguinte do plano, a edificação de medidas de curto prazo (exaustivo com 48 medidas), e medidas de médio / longo prazo (4 medidas de natureza mais infra estrutural), onde ainda se verificam carências de informação, que serão sanadas numa segunda fase.

O Despacho serviu de enquadramento para este trabalho. Avaliaram-se as disponibilidades hídricas no presente ano e para 2021, para definir os consumos e necessidades da região e as metodologias para determinar a eficiência hídrica. Identificaram-se medidas de curto e médio prazo, ao nível da gestão integrada do recurso água e de eficiência hídrica, da redução de consumos e da reutilização de água tratada pelas ETAR's e, finalmente, identificaram-se possíveis soluções estruturais a médio / longo prazo, para aumentar a resiliência do abastecimento e fornecimento de água na região.

Relativamente às disponibilidades hídricas, foi feita uma avaliação com base em registos ao longo de 60 anos e verificou-se que, desde 2000, há uma ausência de anos húmidos, um período longo de anos hidrológicos consecutivos com precipitação muito abaixo da média e dois anos hidrológicos de seca extrema. Atualmente, as chuvas de dezembro de 2019, permitiram à Região sair do nível de seca severa mas a área do sotavento continuou neste registo e a 27 de março tinha um défice hídrico significativo. No entanto, com a prorrogação do prazo do relatório, com as chuvas de março e abril, registou-se um encaixe significativo de 23hm³, dos quais 16,2hm³ no sotavento, que alterou um pouco o conteúdo do trabalho.

Relativamente aos volumes captados, com o melhor conhecimento disponível (dados medidos e estimados), chegou-se a um valor global de 236,59hm³, dos quais são liderados pela agricultura 134hm³, seguido pelo sector urbano com 80hm³, os campos de golfe com 15,2hm³. De destacar o consumo dos espaços verdes, com um consumo de 10hm³, considerando no entanto que estes estão subestimados e que ainda faltam os espaços verdes particulares, que não foram considerados.



CNIG

CONSELHO NACIONAL DA
INDÚSTRIA DO GOLFE

Os cenários apresentados neste trabalho foram construídos com base no binómio contingência / eficiência, sendo apresentados 3 cenários:

- sem condicionalismos;
- com condicionalismos em 2020;
- com condicionalismos em 2020 e 2021

Relativamente à eficiência hídrica, central para definir um conjunto de medidas no sector urbano, foram avaliadas as perdas reais com base nos dados da ERSAR, através das várias entidades gestoras e apuradas perdas reais de 19,8% sobre os consumos registados, cerca de 13,3hm³. É um valor muito elevado, mas com um grande potencial de recuperação. Foram também destacados os consumos não facturados que são também manifestamente elevados.

Referiu também os aproveitamentos e perdas de água nos aproveitamentos e sistemas de rega no sector agrícola.

No que se refere a medidas infra estruturais de médio / longo prazo destacou, a interligação entre barragens, a diminuição dos mínimos de exploração, a avaliação do aumento no armazenamento de barragens com a implementação de medidas correctivas, as novas barragens, ETAR's, a dessalinização, eficiência hídrica.

Quanto ao financiamento, quando relacionado com a reabilitação de infra estruturas, os valores de investimento sobem e prolongam-se no tempo, não havendo nenhuma medida a concluir até ao final de 2020, passando todas para 2021.

Estas bases do plano constituem um instrumento de planeamento e gestão de recursos hídricos a uma escala regional e local, constituindo um bom suporte para o futuro Plano de Eficiência Hídrica da Região do Algarve.

O desenvolvimento das bases do Plano Regional de Eficiência Hídrica da Região do Algarve será integrado nos planos de gestão de seca e escassez para as diferentes regiões e nesse contexto, vai permitir um maior desenvolvimento desta temática nomeadamente:

- Realizar a avaliação custo-benefício das medidas propostas;
- Atualizar cenários de simulação de exploração dos sistemas de abastecimento de água (urbano, agrícola e turístico);
- Avaliar as medidas propostas nas bases e eventualmente integrar novos projectos;
- Aprofundar projectos e adaptar e melhorar medidas já referenciadas.

Eng. José Nuncio – FENAREG

Destacou a importância da agricultura na região, principalmente no interior do Algarve. Chamou a atenção para importância da modernização de infra estruturas de transporte e distribuição nos perímetros de rega. Relembrou que há perdas de eficiência e que é necessário aumentar a capacidade de reserva. Não concorda que, numa altura de seca, sejam revistos tipos de utilização, principalmente tendo em conta a elasticidade da atividade agrícola. Reconhece que há prioridades mas se há sector flexível e elástico é a agricultura, querendo obviamente ter a garantia de um número máximo de anos de água.

Engº João Fernandes- RTA

Começou por referir que o sector do turismo não negligencia a necessidade de atuação e relembrou o compromisso com a sustentabilidade que o turismo tem vindo a abraçar, inclusive na forma da criação de um observatório de turismo sustentável.

Considera a proposta constante no Documento apresentado irracional – na medida em que não tem um racional económico, não considera qualquer impacto que venha a ter por via dos cortes que estima. Em especial, não considera e integra o emprego que é gerado pelos golfes, direta e indiretamente, responsável por 17 mil postos de trabalho, ou pela contribuição para a receita turística, estimada em cerca de 500M€ por ano;

Considera preconceituosa – pois não consegue perceber o conceito de sazonalidade que a região tem de observar e que certos tipos de turismo (em especial o golfe) contribuem para combater e atenuar na região, nas épocas baixas do ano. Cerca de 350 mil turistas /ano. A região é considerada o melhor destino de golfe do mundo e isso reflete-se na notoriedade do próprio país;

Considera ter falta de assertividade - pela falta de equilíbrio que tem nos diferentes sub sectores, em termos de esforço a realizar nos cortes aos consumos. Corta tudo no sector que mais emprega e no que menos gasta. Corta em quem há mais de 20 anos investe em eficiência hídrica e que tem provas comprovadas.

Referiu que o turismo não põe em causa o compromisso com a sustentabilidade. Nos dois cenários estabelecidos, de curto prazo, há uma redução de consumo de cerca de 50% nos golfes. É o único sector que tem reduções estanques. Nenhum outro sector tem cortes desta dimensão, até porque na prática, o consumo urbano acaba por fazer compensações, nomeadamente através do recurso à água da Albufeira de Odelouca.

Questiona o corte de 50% dos consumos dos campos de golfe num sector que é responsável por 6,4% dos consumos, e mesmo que se corte esta percentagem, os resultados que vão ter serão de cerca de 1% do total do consumo atual de água na região. É cortar muito para ter poucos resultados.

Os investimentos de curto prazo que são previstos são muito avultados e sem garantias de financiamento, ao contrário do que acontece com outros sectores.

Considera esta proposta extemporânea – a situação atual não é a mesma que acontecia do ponto de vista de disponibilidade hídrica no tempo em que havia uma prolongada seca extrema. Não estamos em boas condições mas também não temos a espada sobre a cabeça neste momento, mas devemos prolongar esta ação.

Negligencia completamente a situação que vivemos do ponto de vista pandémico. O sector do turismo foi especialmente afectado e está especialmente vulnerável. Dizer que vão ter que cortar 50% para amanhã, quando isso implica fechar campos, destruir a imagem do destino e ainda que vão ter que investir no curto prazo quando estão a lutar pela sua sobrevivência é de todo inadequado.

Não concorda e fará por escrito todas as observações necessárias porque esta proposta é completamente inaceitável.

Por último referir que há um compromisso claro para a reutilização de águas residuais, como outros investimentos, como sempre têm feitos nos últimos 20 anos.

Engº PM – respondeu solicitando que a RTA escreva e sustente a sua argumentação, deixando duas notas:

Sustentabilidade do sector – recordar que no golfe existe, no âmbito da avaliação de impacto ambiental, uma obrigação de utilizar as águas residuais. Os campos tinham uma obrigação para reutilizar águas residuais e não foram devidamente implementados. **(Isto é discutível, pois julga-se que só se aplica aos campos de golfe que foram sujeitos a Avaliação de Impacto Ambiental em sede de Licenciamento (4 ou 5 campos mais recentemente abertos), o que só aconteceu aos projectos licenciados a partir julga-se de 2000, e tal exigência só teria de ser cumprida se a água tratada por ETAR, fosse disponibilizada em condições de utilização para rega, o que, em geral e com apenas 2 excepções, não aconteceu ao longo dos últimos anos.)**

O que existe neste momento é um problema de disponibilidade de água. A partir do ano 2000, não houve um ano húmido a sério, e tem havido cada vez mais consumo. Estamos todos convocados para esse desafio e reconhecemos a importância do golfe para a economia do Algarve, mas é preciso perceber de que maneira podemos enquadrar, fazendo um compromisso entre todos os sectores.



Pedro Pimpão – CM de Loulé

Levantou uma questão estrutural do plano. Fala das disponibilidades em 2021, mas também deve ser atualizado para 2022 e 2023, de acordo com os investimentos que daí advêm, referenciando como um plano dinâmico do ponto de vista daquilo que são as suas conclusões ao nível de investimento.

Falta a questão dos cenários de projeção futura e a questão da análise custo / benefício das medidas. Sugeriu alocar a este plano um volume III com a parte económico/financeira, com uma projecção dos investimentos, conjugado com os contributos da AMAL, no âmbito quadro plurianual de investimentos 2021-2027. Queremos um plano dinâmico, que inclua o impacto financeiro e considere a captação de fundos comunitários para tornar possível a concretização dos investimentos em infra estruturas e equipamentos.

J Monteiro

A falta de água afecta investidores futuros. A análise custo/benefício é muito importante. É importante avançar rapidamente com medidas concretas e de implementação imediata.

João Paulo Sousa - ATA

Em representação da ATA, complementando a intervenção da RTA. Quando os campos de golfe são licenciados, têm de respeitar um conjunto de regras ambientais que determinam à partida a eficiência como gerem o recurso água. Não é só um problema de sustentabilidade ambiental, mas também de eficiência económica, na gestão dos recursos.

Esta discriminação é ofensiva para a indústria do golfe, que tem um papel relevante na economia nacional. Como é possível fazer um plano e querer cortar 50% do consumo de água num sector, que na globalidade reflete 1% do total da poupança, colocando em causa a sobrevivência de 12 campos de golfe? Os campos de golfe devem ser considerados "culturas permanentes", à semelhança das mesmas na agricultura e por isso, pelo menos estarem sujeitos a tratamento idêntico. E não é por cortar 50% no golfe que vamos resolver o problema hídrico da região, mas vai certamente criar um problema económico em vários sub sectores na região.

Os campos de golfe nunca se manifestaram contra a utilização de água reciclada. É importante perceber onde está o peso do investimento público, a responsabilidade pública em entregar essa água, e onde o sector privado pode participar economicamente. Porque não faz sentido colocar em cima do sector o peso total do custo/investimento na futura reutilização da água. É muito importante que seja reutilizada, pois já há um custo de tratamento que está a ser feito e depois essa água vai para as linhas de água. Concorda que a sustentabilidade é muito



CNIG

CONSELHO NACIONAL DA
INDÚSTRIA DO GOLFE

importante, que esse recurso é importante e afirma que os campos de golfe não têm qualquer preconceito contra isso. Já há muito tempo que evoluíram sobre essa matéria. Não faz sentido discriminar negativamente esta indústria que tem valor, que se preocupa, que já há muito investe substancialmente na área de poupança dos recursos hídricos, ao contrário de outros que ao longo dos anos nada fizeram para atenuar ou minimizar este problema.

Estamos totalmente disponíveis para ver com a APA e com o Eng. Machado, soluções para a utilização da água reciclada. Neste plano coloca-se um conjunto de investimentos em cima da mesa, mas não se identificam as fontes de financiamento e de onde vem esse capital. Os campos de golfe estão disponíveis para utilizar a água a um preço justo.

Aquilo que estão a colocar neste programa, que é retirar 50% do consumo de água, é matar 12 campos de golfe. É o mesmo que dizer à agricultura viva com metade da água. Uma plantação de citrinos não vive com metade da água. E essa discriminação negativa para o golfe é errada e é uma mensagem que não deve ser cultivada. Porque esta indústria está totalmente disponível e é muito interveniente na área social, fazendo intervenção na comunidade e na forma como olha para os recursos que utiliza.

Engº PM

Reforçou que não há nenhuma questão de preconceito, nem ideologia. O que existe é um problema de água. Voltou a solicitar o envio dos contributos por escrito, documentando a proposta, naquilo que é o volume de água que está disponível nos cenários projetados e que serão devidamente analisados. Solicitou que o golfe indique o que está disponível para contribuir para ser mais eficiente e o que representa essa disponibilidade.

João Paulo Sousa - ATA

Os campos de golfe estão disponíveis para partilhar este esforço de poupança, mas não pode ser 50%. Os campos estão disponíveis para fazer um esforço, mas esse esforço deve ser equitativo e repartido por todos.

Engº PM

Relembrou que no documento estão definidos cenários, mas que são isso mesmo, cenários e que estão disponíveis para serem ajustados. Solicitou que o sector do turismo olhe para os cenários. Não é só no golfe que há cortes, também há cortes na agricultura e também no consumo urbanos. Voltou a apelar a todos e ao golfe em particular que avaliem e façam os seus contributos e que a APA avaliará incorporando na proposta. Entende que o que é pedido

ao turismo é forte mas que estão disponíveis para reavaliar os cenários e ajustar ao que é o compromisso e desejo do sector.

Engº Luís Correia da Silva - CNIG

Começou por referir que o CNIG tem contribuído positivamente em tudo aquilo que têm sido os aspectos relacionados com a preparação dos documentos que estão subjacentes à elaboração das bases para um Plano de Eficiência Hídrica para a Região do Algarve. Como foi solicitado, o CNIG preparou um documento, pediu fichas aos campos de golfe e neste momento essas fichas estão incluídas nos anexos que estão colocados. E nessas fichas estão documentadas as iniciativas que muitos deles têm tomado nos últimos tempos em relação à questão da eficiência hídrica na utilização do recurso água e as propostas que estão disponíveis para equacionar em termos de futuro. Também documentam projetos/ideias que pretendem levar a cabo, quando houver condições para esse efeito.

Em relação a uma ou duas matérias que têm sido abordadas, considera que os campos de golfe primeiro, já manifestaram a sua disponibilidade de passar a utilizar de forma crescente água tratada a partir de ETAR'S e lembrou que, quando se faz referência ao facto de algum campos de golfe que foram objecto de DIA após avaliação de impacto ambiental, terem de alguma maneira, inscritas em DIA algumas recomendações no sentido de utilização de água reciclada, apenas 2 ou 3 campos é que utilizam água reciclada e tal verifica-se porque fundamentalmente, não há disponibilidade de água reciclada nas condições e com os parâmetros que são considerados aceitáveis, em condições normais, técnicas e de segurança, para serem utilizadas na rega dos campos de golfe. Da mesma maneira que essa água não está disponível para ser utilizada na rega dos espaços verdes públicos. E, portanto, quando se coloca em discussão o facto de não haver uma situação de utilização de águas tratadas, normalmente a questão que se coloca é ao contrário. Os campos de golfe estão disponíveis para discutir e tratar desse assunto e de facto, até hoje, nas várias ETAR'S com eventual capacidade e condições para disponibilizar água reciclada (19 de prioridade 1 e as outras de prioridade 2), há um número muito reduzido que tem esse efluente disponível e muito mais reduzido o número das mesmas que pode disponibilizar um efluente com volume/dimensão, com um conjunto de parâmetros de produção ao longo do ano com condições de segurança para sua utilização e que permitam, de facto, serem imediatamente serem utilizados.

O segundo aspecto, é que é fácil verificar que os campos de golfe são muito eficientes no consumo e na utilização de água de rega. Já foi referido em várias reuniões anteriores, que a questão da eficiência de utilização da água de rega nos campos de golfe, não acontece apenas porque tecnicamente há equipamentos que o permitem, mas também porque, do ponto de vista da racionalidade económica, não se pode regar a mais, porque isso tem prejuízos bastante significativos ao nível da condução dos campos e da experiência do próprio funcionamento dos campos. Os campos têm aperfeiçoado tudo o que diz respeito a questões de rega, drenagem e de utilização de recursos de informação que têm disponível, de



CNIG

CONSELHO NACIONAL DA
INDÚSTRIA DO GOLFE

tratamento de dados, de estações de recolha de dados, etc, precisamente para permitir que não se deparem com situações que induzam em doenças, pragas e outros problemas significativos, que podem condicionar ou prejudicar as condições de jogo nos campos de golfe. As empresas, ao desenvolverem um projecto de golfe, têm uma prioridade de principio no que respeita à minimização dos consumos de água de rega e essa prioridade é definida desde a concepção do projecto. Quando um campo de golfe é projetado é definido um valor específico para cada hectare de água regada nos campos de golfe. E, normalmente, consegue-se no terreno fazer com que os consumos de água sejam inferiores aos que são apresentados em termos de projecto. Um corte de 50% na rega de um campo de golfe, não é o mesmo que cortar em qualquer outra atividade ou tipo de consumo. O que significa é que quando se pretende cortar essa percentagem, na prática se destroi um campo de golfe.

Chamou a atenção e citou um parágrafo presente no documento em discussão, na página 107 – “A absoluta indisponibilidade de água tem efeitos económicos mais pronunciados sobre as culturas permanentes de regadio do que sobre as culturas temporárias. A perda de uma cultura permanente implica a perda da totalidade do investimento realizado no estabelecimento do pomar, podendo estar na origem de prejuízos significativos. De forma a evitar tais prejuízos, considera-se que estas culturas necessitam de um mínimo de aplicação de água em anos de seca (a chamada “rega de sobrevivência”). ”

Considera interessante, estando perfeitamente de acordo com esta observação, o que não concorda é que, nesta perspectiva, se falarmos de uma área de terreno em que se produz relva para campos de golfe podemos regar sem qualquer corte, mas se for um campo de golfe está sujeito a 50% do corte. A área de produção de relva para campos de golfe é considerada área agrícola, com uma produção que se destina a um determinado efeito e um campo de golfe pode estar sujeito a um corte de 50% porque é uma atividade/equipamento turístico de lazer.

Sendo que, no documento em discussão, o conceito de eficiência hídrica é um conceito que é estritamente afecto a uma situação que tem a ver com o consumo útil versus a procura de água que está referida. Em ponto nenhum este conceito é referenciado a um quadro de utilização. Ou seja, não sabemos se os consumos que são colocados ao nível das outras atividades tem a mesma eficiência de utilização do que a do turismo ou do golfe. Considera muito importante verificar aquilo que o turismo produz enquanto riqueza e emprego numa área e numa região do país em que se o turismo não existir, a atividade económica pára completamente. E a única que não pára é a atividade agrícola na qual, porventura, 80% da sua produção é destinada a exportação. É um sector importante e que é preciso preservar e porventura aumentar, mas não pode ser de alguma maneira considerado prioritário numa região essencialmente turística, só porque é considerada como prioridade 1 ou 2 nas prioridades que são definidas no PPMCSS 2017, em que o turismo nem aparece. Numa região como o Algarve em que, direta, indirectamente ou de forma induzida tudo depende do turismo, mesmo a produção agrícola para consumo local.



CNIG

CONSELHO NACIONAL DA
INDÚSTRIA DO GOLFE

A atividade agrícola, em parte existe para abastecer os turistas, a atividade industrial são pequenas e medias industrias que fornecem equipamentos e produtos para o turismo, a parte de serviços é uma parte que serve fundamentalmente os turistas, e quando não existem turistas, está tudo parado. E lembrou também que o golfe é o responsável por hotéis, restaurantes, lojas, etc estarem abertas na região, pelo menos durante 6 meses por ano. A época alta do golfe começa em fevereiro e acaba em maio, recomeça em setembro e acaba em novembro, e, nestas épocas, não temos época alta de verão/praias e portanto, se os golfes estiverem fechados ou forem prejudicados na sua atividade ao longo deste tempo, não é um problema só dos golfes é um problema de todas as atividades turísticas do Algarve. É um problema da riqueza que é criada na região, de tudo o que a região importa e exporta e de todo o modelo económico como funciona o Algarve. Podemos dizer que não está 100% certo, mas não podemos culpar o turismo por isso. Eventualmente outras atividades económicas se atrasaram ou não investiram o suficiente como o turismo fez. E além disso, nos últimos 50 anos não foram só as empresas privadas que investiram, foram as entidades nacionais, (aeroportos, sistemas, autoestradas, etc). Foram as entidades regionais, foram as entidades locais. Os municípios do Algarve investiram brutalmente para receber os turistas e tornar o Algarve o melhor destino turístico. E foram as empresas privadas que investiram para termos o cluster do turismo que temos hoje no Algarve. Hoje, o Algarve é considerado o melhor destino de golfe turístico do mundo.

Chamou a atenção para as áreas específicas do Algarve que serão profundamente afectadas se esta definição de prioridades for mantida e se esta situação não for alterada. E estranha essa medida porque a tendência, se esses 12 campos vierem a ser afectados por esta situação, é empurrá-los para utilizarem em alternativa, água subterrânea, que considera uma atitude completamente errada.

Questionou o facto do CNIG nunca ter sido contactado para se pronunciar sobre o que faria sentido cortar em termos de água num campo de golfe. Decidiu-se cortar 10% no consumo urbano mas que tem compensações de outras formas, cortar 10% nos consumos agrícolas que tem compensações de outras formas e que ainda por cima é muito difícil de calcular, e decidiu-se propor cortar 50% nos campos de golfe quando tudo o que é utilizado está contabilizado, seja em água subterrânea seja em água superficial. E, por isso, o CNIG considera que esta proposta não é justa nem aceitável em função de tudo o resto.

E por último, quando olhamos para os números deparamo-nos com uma coisa verdadeiramente notável. Um corte de 50% destrói 12 campos de golfe e significa uma potencial redução de 1,2% daquilo que é o consumo de água anual no Algarve. Como é que se pode sustentar que investimentos de milhões sejam destruídos para diminuir o consumo de 2hm³/ano de água no Algarve?

Se a poupança fosse significativa, se o esforço fosse distribuído equitativamente pelos vários sectores. Agora cortarmos 50% porque durante 10 ou 15 anos estivemos a discutir a utilização de águas residuais e nunca se conseguiu avançar... Como é que chegamos a esta situação?



CNIG

CONSELHO NACIONAL DA
INDÚSTRIA DO GOLFE

Os campos de golfe não estão contra o corte, o que reclamam é que tem ser justo e transparente, da mesma forma como o sector foi transparente ao apresentar todas as fichas dos campos de golfe com todas as medidas, todos os consumos, sem qualquer tipo de restrição de informação. E hoje, a APA, tem uma radiografia completa daquilo que são os consumos de cada campo de golfe no Algarve.

O CNIG está disponível, sempre, para trabalhar no sentido de melhorar aquilo que, considerando que está mal apresentado, tem todas as condições para vir a ser melhorado.

Engº PM

Voltou a insistir que foram propostos 3 cenários, e que, no caso do golfe, os cortes que são pedidos estão mais relacionados com a barragem da Bravura e o sistema Odeleite / Beliche. São cenários e estão disponíveis para os rever. A APA aguarda os contributos do CNIG, estando totalmente disponível para conversar, rever e ajustar ao que é seguramente a ambição do sector do golfe. Este documento é uma proposta e ainda não está fechado.

Engº Luís Correia da Silva - CNIG

Se o documento apresentar um plano de reutilização e se o CNIG puder contribuir para um plano de utilização de águas residuais tratadas a concretizar num horizonte de 10 anos, com a contribuição de quem tem a obrigação e a disponibilidade para fornecer, terá certamente todo o envolvimento da nossa parte. Nas reuniões internas do CNIG, a primeira questão que tem sido colocada é essa, a 10 anos a visão dos responsáveis das empresas/campos é clara, "que todos os campos de golfe, vão estar em condições de utilizar água reciclada e tratada pelas ETAR's, de forma a maximizar a eficiência dos recursos que estão disponíveis para a rega dos campos". E a água devidamente tratada é um recurso que podem utilizar em condições perfeitamente controladas, desde que os riscos sejam previamente analisados, verificados e controlados.

Não se pode é dizer que, tendo sido perdidos 10/15 anos com esta situação sem qualquer evolução significativa e sem realizar os investimentos necessários para tratar e distribuir a água tratada, quando confrontados com uma situação crítica, apresenta-se um cenário que afecta, de forma muito complicada, a sobrevivência de 12 campos de golfe, sabendo à partida que esses campos de golfe não sobrevivem a um corte de 50% nos consumos. Se disserem para tentar cortar 5 ou 10 % dos consumos de água nos campos de golfe? Vamos ver... pela razão referida. Os campos de golfe "estão à pele" nos consumos de água. Eventualmente, pode haver alguns em que isso seja possível em 5 ou 10%. E talvez seja justo, numa situação de crise geral. Não estamos a discutir isso.



CNIG

CONSELHO NACIONAL DA
INDÚSTRIA DO GOLFE

Vamos perspectivar a forma como vamos utilizar as águas residuais quando estiverem disponíveis em termos de volume e em termos de condições de utilização e isso, num horizonte de 10 anos, temos a certeza que a maioria dos campos estarão lá. E se alguém quiser trabalhar connosco sobre esse assunto, pode ter a certeza que terá um grande contributo do CNIG e das empresas/campos de golfe para uma boa eficiência hídrica de utilização de recursos hídricos do Algarve.

Engº Joel Nunes - APG

Começou por dar os parabéns à APA pelos números apresentados, pois estão em linha com o números do inquérito feito em dez.2019 pela APG + UAlg. E concorda com a intervenção da Engª Cláudia Brandão onde comentou que o documento deveria ter o rácio Custo/Benefício associado ao uso da água.

Relembrou que os campos são geridos por Agrónomos e técnicos de rega, com conhecimento e sensibilidade para, defenderem e praticarem a “melhoria contínua” na eficiência da utilização dos recursos, nomeadamente da água. Ou seja, os investimentos e melhorias de eficiência são constantes e implementados desde a elaboração em projeto, não apenas em anos de seca e/ou em que somos chamados a intervir.

Relativamente à utilização de águas residuais, os campos de golfe estão a fazer um esforço para avançar com a utilização desse recurso, mas em algumas situações verifica-se que o projecto aguarda desenvolvimentos por parte de entidades que não os campos de golfe (ex. Golfe da Boavista).

Por último chamou a atenção para a forma como o tema do consumo urbano, que consome 34,0% (80.3 hm³), foi abordado quando regista perdas em baixa na ordem dos 30%. Perdas estas que reparadas hoje, são poupanças directas amanhã.

Os Greenkeepers estão disponíveis, como sempre estiveram, para colaborar num plano de redução e no aumento da eficiência.

Dr. António Pina - AMAL

É preciso ponderar a proposta e os cenários que fizeram com a economia. Estes cortes têm obviamente por base uma razão, admitindo que estejam a seguir as regras feitas num determinado tempo de prioridades de sectores, no entanto essas regras foram feitas num outro tempo em que as atividades económicas estavam noutra hierarquia de prioridade. Assim deixou uma sugestão com base na economia. Estando hoje numa fase em que o desemprego e a retoma está no cerne da questão, não só pela questão da água mas também pelo COVID-19, é preciso ponderar cada hectómetro de água consumida, nomeadamente



CNIG

CONSELHO NACIONAL DA
INDÚSTRIA DO GOLFE

quanto produz e qual o valor directo e indirecto dessa produção. Tipo de emprego gera, se empregam portugueses, estrangeiros, etc. Tem algumas dúvidas, mas vai apresentar números, em conjunto com a UAlg, para propor a alteração desses cenários.

Engº José Nuncio

Está de acordo com o que foi referido pelo golfe. Golfe é uma cultura regada como uma cultura qualquer. É uma cultura permanente como outra qualquer. E também acha que, realmente, há aqui algum preconceito contra o golfe.

Dr. Joaquim Peres – Águas do Algarve

Neste momento a quantidade de água disponível é limitada. E quando se diz que as chuvadas contribuíram para amenizar esta situação, é preciso ter em atenção o acréscimo do volume de água que temos nas albufeiras não foi tão grande quanto isso. Todos os sectores são importante e temos de encontrar forma de todos terem capacidade de sobreviver. O corte de 60% no consumo urbano deve ser revisto porque ainda por cima é na época de maior consumo. E é muito importante perceber como podemos trazer mais água para o sistema. As séries que temos verificado não nos dizem que a situação vai melhorar, logo temos que racionar a que temos e como é que podemos fazer aportar alguma água adicional a este sistema. Ao nível de eficiência hídrica, o consumo urbano pode ser racionalizado. Quanto à reutilização é uma situação importante. Temos de perceber que a ERSAR faz incidir na tarifa todos os custos que temos para produzir essa mesma água. E as Águas do Algarve estão obrigadas a fornecer a água e devolvê-la ao meio ambiente segundo licenças de descarga que são passadas pela APA, as quais são respeitadas. A água é colocada no meio ambiente tal como a APA obriga e com essa situação há um investimento feito no tratamento e respeitam essa situação. Não se pode dizer que a água não é fornecida, a água é fornecida, agora se tivermos que fazer um tratamento suplementar dessa mesma água é preciso saber quem é que vai pagar. Se são todos os consumidores particulares ou se esse investimento deveria ser enquadrado no estudo de viabilidade económica dos vários empreendimentos. É uma situação que tem de ser tida em consideração. Se pudermos fazer essa integração a água está disponibilizada e pode ser tratada com os tratamentos que se pretenderem para as várias finalidades, sejam eles para o turismo ou para a agricultura. E temos de perceber que a água que vai regar laranjeiras não tem de ter a mesma qualidade que uma água que vai regar um campo de golfe. Já tivemos várias conversas com vários campos de golfe e esta situação está a ser desenvolvida em algumas zonas, sobretudo no sotavento, naqueles que estão abrangidos, em termos de rede de distribuição, pela ETAR de Vila Real de Santo António. Está a ser feito um projecto para uma estação elevatória de águas residuais para permitir o fornecimento e distribuição de água a 3 campos de golfe nessa sub região. Essa situação já está

avançada. As Águas do Algarve estão disponíveis para contribuir o mais possível para esta alterar esta situação.

Oswaldo Gonçalves – AMAL

Este trabalho está a ser feito muito na óptica da optimização de utilização da água e da eficiência hídrica e tem 52 medidas distribuídas cronologicamente e no conjunto podemos ter uma solução.

A questão dos problemas identificados, sobretudo no sotavento e no barlavento, decorrem da existência de diferenças substanciais na capacidade de armazenamento. O sotavento está deficitário relativamente ao barlavento porque a disponibilidade para captação e armazenamento de águas superficiais é muito menor. A construção de novas barragens, nomeadamente a da Choupana, ou outras propostas que têm sido apresentadas, poderão constituir soluções para aumentar a disponibilidade e assim diminuir os problemas que aqui foram explanados e com os quais a AMAL concorda, expressando por isso as preocupações. Concorda que não podemos "tirar de um filho para dar a outro". Poderá ser feito, no seu entender, invertendo o efeito cronológico das medidas. Quando se fala em barragens, estamos a considerar e ponderar soluções de médio e longo prazo. Tal não é possível concretizar no imediato ou a breve prazo, mas devia ser desde já considerado e estudado para ser possível num curtíssimo prazo. Eficiência é importante, mas só poderemos ser mais eficientes se tivermos essa disponibilidade, que hoje não temos. Em conclusão, propõe que as medidas propostas sejam encurtadas no seu calendário.

Prof. Paulo Monteiro - UAlg

Considera que este tipo de exercício/relatório, para ser válido, devia ter um horizonte temporal previamente definido, deveria ser repetido periodicamente e devia acrescentar uma análise de custo / benefício das medidas e soluções propostas. Refere que não se devia prejudicar e substituir o conhecimento hidro geológico dos aquíferos do Algarve, acumulado em 3 ou 4 gerações de hidro geólogos, nomeadamente em termos de cálculo de disponibilidades. Considera que é preciso muito cuidado, quer neste trabalho, quer na próxima geração de Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica. É preciso ter o cuidado de, ao tentar fazer coisas novas para simplificar os processos de trabalho, se reconhecer a desvantagem de não dar o devido relevo e importância ao estado atual do conhecimento científico e técnico, do ponto de vista hidrológico, nas diferentes regiões do país e, em especial, no Algarve.

C) NOTAS FINAIS:

Eng^a Claudia Borges -DGADR

Esclareceu que foram pedidos os consumos de referência, para que fossem considerados para efeitos de redução, se tal fosse necessário fazer. Os consumos são todos referentes a 2019. Quando se olha para esses valores, vemos que as situações são diferentes e muitos dos consumos da agricultura apoiam outras atividades, nomeadamente o golfe. A DGADR está solidária com a questão do golfe, mas nesta primeira fase, está realmente a preocupar-se com a agricultura, porque também tem investimentos no terreno e as culturas permanentes não se podem perder. Portanto há essa sensibilidade por parte da agricultura e sobre o valor de referência dado, serão feitos os cortes necessários. Mas estão cientes que o golfe também poderá ser, de alguma maneira salvaguardado.

Informou que o exercício da simulação não está concluído e que ainda existem alguns aspectos que não estão integrados nesse primeiro relatório, pelo que pediu que se aguardasse um pouco mais para que a APA/DGADR terminem esse exercício para então olharmos outra vez para essa questão.

Descreveu algumas medidas que foram recentemente propostas ou sugeridas e que serão só agora incluídas no relatório.

Por último lembrou que a agricultura também está ser objecto de redução dos seus consumos e que está ciente das consequências que tal redução tem na produção, mas que tal faz parte do risco associado à atividade agrícola.

Associação de Regantes do Barlavento

O responsável chamou a atenção para algumas situações presentes neste plano e que colocam dificuldades económicas e financeiras para os agricultores. É necessário ter muita atenção à nossa realidade, uma realidade muito difícil, que assenta num equilíbrio entre fornecimento e consumo e entre os vários "atores" da região. Por outro lado, temos um cenário/quadro onde há uma percentagem de redução proposta face aos consumos/captações de 2019 e, mais à frente, volumes a captar entre maio a setembro 2020, pelo que não entendem bem a razão destes números, suspeitando que alguns possam não estar correctos. Em conformidade, solicitou um esclarecimento sobre a realidade desses números.



CNIG

CONSELHO NACIONAL DA
INDÚSTRIA DO GOLFE

Associação de Regantes do Sotavento algarvio

O responsável concorda com tudo aquilo que a Eng. Claudia Brandão e o Diretor Regional assim como o Presidente da FENAREG disseram, apenas fazer uma nota sobre a elasticidade da agricultura, que não é bem o seu caso, porque a maior parte são culturas permanentes. Quanto ao resto, vão continuar a colaborar com as autoridades. Lembrou que as medidas do Marão terão que ser muito urgentes.

Eng. Pedro Coelho

Relembrou que estão num período de audição e recolha de contributos e que ainda estão a construir a versão final das "bases do plano". Tudo o que foi transmitido e o que será enviado por escrito, será ainda objecto de ponderação, para a apresentação das "bases do plano".

Destacou duas notas que seriam importantes que possam chegar à APA Algarve. A questão da elasticidade da agricultura e do golfe, isto é, qual é a eficiência que podemos introduzir, para que os cenários sejam reduzidos com base num valor também dados Entidades responsáveis. Falou-se em 5% a 10% no golfe, se é esse o valor, apresentem-nos claramente um contributo para a revisão dos cenários de redução.

Reforçar que tudo o que foi feito em conjunto foi genuíno, isto é, o que tivemos a fazer ao ouvir e construir conjuntamente não é para chegar a uma versão final e entregar-vos algo que não se revejam de todo, ou que seja impositivo, "porque tem de ser". Mas "o que tem de ser tem muita força", num cenário em não há água para ninguém. Mas, se neste momento existe alguma flexibilidade, vamos analisar os cenários com a flexibilidade possível, mas que também não é total. Têm de existir cenários de contenção face ao armazenamento existente e às previsões.

A questão da análise custo/benefício está prevista na segunda fase. Está inscrita na metodologia do plano e, obviamente que temos consciência que é necessária e daí ter feito um esforço de caracterização na análise das medidas, com investimentos a realizar e m3 de água poupados.

Há também a questão do benefício económico para a região, que tem de ser avaliado e que será feito nessa fase do plano. As questões da oferta, para as medidas a médio longo prazo, estão previstas ser avaliadas para que depois se possa começar o percurso devidamente suportado.

E por ser longo, até lá há um caminho que a AMAL reconheceu ser um "caminho de adaptação", com o reforço das políticas atuais, até 2030. E este documento vem suportar tecnicamente muitos desses "caminhos" que já tinham sido divulgados a nível regional em outra sede, mas agora com um suporte técnico muito mais exaustivo.



CNIG

CONSELHO NACIONAL DA
INDÚSTRIA DO GOLFE

Com esta situação de pandemia, a questão do montante e financiamento dos investimentos tem de ser reavaliada, bem as suas fontes e o que está comprometido e o que não está comprometido.

Reforçou que querem continuar a trabalhar na implementação das medidas e para gizar as medidas concretas, precisam de todos os atores aqui bem presentes, para a discussão destes temas a nível regional.

Engº PM

Por fim e para encerrar, pediu que cada um analise a proposta do plano e envie os seus contributos para a melhoria do mesmo.

Estão disponíveis para refletir sobre as várias propostas e incorpora-las na proposta final.

Esta é a primeira vez que se sintetiza e agrega toda a informação ligada ao uso da água no Algarve. A partir daqui é possível construir um conjunto de boas medidas, boas soluções e até procurar encontrar fontes de financiamento para boa parte destas medidas, que é o trabalho que se seguirá, depois de se finalizar este Plano.

Terminou agradecendo o contributo de todos, aguardando o envio dos contributos dos restantes, para que muito em breve se possa aprovar este plano e passar para a fase seguinte.

Há uma medida que todos procuram, mas é importante perceber o que cada sector pode dar para sermos mais eficientes, o que pode dar para que o uso da água no Algarve seja mais sustentável. Todos temos que contribuir. E havemos de chegar a um compromisso de equilíbrio entre todos os sectores de actividade.

19 de Maio de 2020

XXX